

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 16 • 2008



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2008

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 16 • 2008

ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas

PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Fábrica da Pólvora de Barcarena

Estrada das Fontainhas

2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta

On prie l'échange

Exchange wanted

Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

O ARQUEÓLOGO OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA

Guilherme Cardoso*

Foi-nos sempre difícil falar ou escrever sobre aqueles de quem mais gostamos. Por um lado, sempre associámos isso a panegírico; por outro, tememos que não consigamos dizer quanto esse amigo mereça, acabando por ficar muito aquém das nossas próprias expectativas.

Veiga Ferreira foi para nós um mestre e um desses raros amigos maiores que nos transmitiu os seus conhecimentos e a sua amizade desinteressadamente durante três décadas.

Conheci-o em Casais Velhos, na Areia, junto à praia do Guincho, em Agosto de 1971. Acompanhávamos, como fotógrafo, outro grande amigo, o Professor Doutor e jornalista José d'Encarnação, numa reportagem para o *Jornal da Costa do Sol*¹. À chegada, encontrámos Veiga Ferreira já no final de uma campanha de escavação e consolidação de estruturas naquela *villa* romana. De espírito arguto e ligeiramente mordaz, fez-nos largamente sorrir com as suas observações ao meio que então nos rodeava.

Naquele ano, tinha sido identificada uma lixeira, a norte das termas, perto da qual dois trabalhadores lavavam os materiais arqueológicos recolhidos nos dias anteriores.

Dali tinham sido retiradas abundantes conchas de múrex, que o levaram a concluir da possibilidade daqueles moluscos terem servido para tingir tecidos de cor púrpura, nos tanques de *opus signinum* que ficavam um pouco mais a norte.

Mais tarde, informou-nos que aquele trabalho, numa *villa* romana, se devia à amizade que nutria por D. António de Castello Branco, então vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais, e seu anterior director nos Serviços Geológicos de Portugal, não conseguindo dizer que não ao seu pedido para proceder a escavações nos Casais Velhos, embora não se sentisse à vontade a estudar o período romano.

Mas o que mais o marcara, durante as três campanhas que ali fizera², fora a descoberta de uma sepultura de inumação, em covacho, sobre a qual, na zona do abdómen, estava cravada, uma grande pedra com uma pequena depressão no topo. As palavras que disse foram: “um pobre desgraçado”. Uma outra vez o vi impressionado quando se referiu à visita que fizera a uma necrópole romana em Espanha, onde se deparara com a visão de uma pequena boneca de osso, articulada, junto ao esqueleto de uma criança.

A nossa ligação a Veiga Ferreira foi cimentada a partir do ano seguinte a tê-lo conhecido, através de D. António. Foi ele que nos orientou na identificação dos primeiros materiais arqueológicos que recolhemos em Cascais nas sucessivas prospecções que realizámos por todo o concelho, durante os anos de 1972 a 1974.

* Arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa. Presidente da Direcção da Associação Cultural de Cascais.

¹ José d'Encarnação, «A campanha de escavações arqueológicas de Casais Velhos», *Jornal da Costa do Sol*, Cascais, 1971/9/4, p. 5.

² D. António de Castello Branco e O. da Veiga Ferreira, «Novos trabalhos na estação lusitano-romana da Areia (Guincho)», *Boletim do Museu Conde de Castro Guimarães*, 2, Cascais, p. 69-84.

Com a descoberta da necrópole de Talaíde, que fizéramos durante uma visita aos trabalhos de infra-estruturas de uma urbanização que então decorria no lado norte da povoação, foi ele que propôs ao então vereador da Cultura da Câmara Municipal de Cascais, Arquitecto Francisco Berger, para, juntamente com o Doutor João Luís Cardoso, fazermos a escavação do sítio, responsabilizando-se pela nossa orientação. Mais tarde, em 1977, foi pela segunda vez nosso orientador científico, quando realizámos as primeiras sondagens na *villa* romana do Alto do Cidreira, Alvide.

Muito lhe devemos na nossa formação e talvez como prova do nosso agradecimento se possa hoje falar na sua faceta de cientista mais contestada por alguns arqueólogos.

Pouco antes de 1974, alguns então alunos ou recém-licenciados pela Faculdade de Letras de Lisboa, questionavam as metodologias de campo utilizadas por Veiga Ferreira; esta oposição, iniciada por alunos ou ex-alunos de D. Fernando de Almeida, foi favorecida pelo corte de relações que então se verificou entre ambos. Culminaram as afrontas em 1975, durante o II Encontro de Arqueologia do Distrito de Setúbal, durante a visita que se fez ao monumento megalítico de Montum, escavado pouco tempo antes por Veiga Ferreira. Observaram, então, alguns congressistas, materiais pré-históricos espalhados pela superfície da mamoa. Logo se levantou, e muito bem, um coro de indignação pelo atentado que, muito mal, foi atribuído ao responsável pela escavação. Voz isolada contra esta posição grupal foi a do Doutor João Luís Cardoso, argumentando que não era legítimo fazer condenações em público sem a oportunidade do contraditório. Após o almoço, foi feita uma proposta pelos participantes no Encontro para dirigir uma moção à Junta Nacional de Educação propondo que se proibisse O. da Veiga Ferreira de voltar a fazer trabalhos arqueológicos. A moção foi aprovada por maioria e só não o foi por unanimidade porque eu a contestei, visto que, para mim, era, de novo, indigno condenar alguém sem estar presente, ficando impossibilitado de se defender do facto observado. Note-se que outros descontentes com o curso dos acontecimentos, tinham entretanto abandonado o almoço, entre os quais o Doutor João Luís Cardoso.

Mais tarde, nos Serviços Geológicos, confrontei-o sobre a existência dos materiais na referida mamoa e o porquê, ao que me respondeu:

– Quando identificámos o dólmen, o local era um campo de cultivo e dentro da câmara do monumento existia trigo com mais de um palmo de altura. Com as sucessivas lavras, alguns dos objectos que se encontravam no interior do monumento acabaram por se espalhar à sua volta.

Estava assim explicada a razão de uma aparentemente má escavação, facto tornado real porque assim convinha, na altura em que a reorganização da actividade arqueológica em Portugal pretendia excluir exactamente aqueles que nela se tinham justamente distinguido. Penitenciava-se, no entanto, pelos trabalhos de escavação que, na sua juventude, tinha realizado no Alentejo, em diversas antas. Aí, sim, reconhecia que tinha escavado mal, não registando convenientemente os achados, situação justificável, contudo, pelo facto de serem os métodos que se empregavam em Portugal – e não só – naquela época.

Outra das acusações ouvidas era que não fazia o desenho de registo arqueológico, socorrendo-se posteriormente de estampas sempre iguais para indicar a localização dos diferentes tipos de espólios recolhidos no espaço escavado. Diga-se que, em tempos, nos tinha mostrado uma caixa de películas fotográficas, onde tinha guardado uma série de pequenas transparências fotográficas com o desenho de um crânio humano. Utilizava-as nas ilustrações das suas publicações. Tinham-lhe sido oferecidas por um ilustre arqueólogo alemão que trabalhara em Portugal, sendo depois recorrentemente aplicadas em trabalhos publicados com a esposa daquele, a Doutora Vera Leisner. Tudo tem de ser enquadrado e constextualizado na sua época. Diga-se, de resto, que a acusação era infundada, pois que tais transparências foram utilizadas, e bem, para assinalarem vestígios ósseos, ou outros, que, por muito pequenos, ou mal conservados, não permitiam desenhos de pormenor.



Fig. 1 – O. da Veiga Ferreira e o signatário, em 1992, na Homenagem efectuada no Museu Condes de Castro Guimarães aos arqueólogos que contribuíram para o conhecimento do passado cascalense, por ocasião das comemorações da Sala de Arqueologia Padre Eugénio Jalhay e Capitão Afonso do Paço e no âmbito da apresentação da Carta Arqueológica do Concelho de Cascais.

Quanto ao resto, creio que não é preciso dizer mais nada e para não ficarem dúvidas, veja-se o trabalho monográfico da escavação das grutas artificiais de S. Pedro do Estoril³, escavação cuidadosa, onde tais métodos gráficos foram utilizados.

Queremos, para finalizar, referir algumas das preciosas indicações que nos deu durante os momentos em que nos acompanhou e que, ainda hoje, temos bem presentes:

- numa prospecção, nunca apanhar todos os vestígios arqueológicos encontrados à superfície;
- não arrancar pedras durante uma escavação sem primeiro estarem registadas e saber-se da hipótese de fazerem parte de uma estrutura;
- não deixar ruínas à vista sem qualquer protecção;
- publicar sempre com a finalidade de ficar um registo sobre o achado ou a escavação.

³ LEISNER, Vera, PAÇO Afonso do, e RIBEIRO, Leonel (1964): *Grutas Artificiais de S. Pedro do Estoril*.